

A DISTRIBUIÇÃO DA RENDA NA CIÊNCIA ECONÔMICA: ALGUMAS APRECIÇÕES TEÓRICAS

Laís Fernanda Azevedo¹
Jonattan Castelli²

RESUMO: As leis da distribuição sempre foram o cerne da preocupação da economia enquanto ciência. A recente retomada da discussão da concentração de renda no mundo colocou em evidência a discrepância da desigualdade entre ricos e pobres. Diante disso, julga-se necessário explorar o entendimento da economia sobre a temática, e, assim, objetiva-se sintetizar a tratativa da distribuição da renda nas diferentes abordagens econômicas, de modo a contribuir para o entendimento da distribuição no funcionamento da economia. Conclui-se que é um desafio para a ciência econômica, em geral, efetuar a relação dos aspectos teóricos com a pesquisa empírica, que ganhou mais dinamismo a partir de meados do século XX.

Palavras-chaves: Distribuição de Renda; Ciência Econômica; Comportamento Econômico.

THE DISTRIBUTION OF INCOME IN ECONOMIC SCIENCE: SOME THEORETICAL APPRAISAL

ABSTRACT: The laws of distribution have always been at the principal problem of the economy's preoccupation as a science. Recently the discussion of income concentration in the world has highlighted the discrepancy of the inequality between rich and poor. Therefore, it is considered necessary to explore the understanding of economics on the issue, thus, this paper aims to synthesize the treatment of income distribution in the different economic approaches, in order to contribute to the understanding of the distribution in the running of the economy. It has been concluded that it is a challenge for economic science to relate theoretical aspects to empirical research, which has gained more dynamism since the mid-twentieth century.

Keywords: Income Distribution; Economic Science; Economic Behavior.

Data da submissão: 12-07-2021

Data do aceite: 15-12-2021

INTRODUÇÃO

Como afirmou David Ricardo (1817), as leis da distribuição são o principal problema da Economia Política. Embora inúmeras vertentes econômicas abordem este tema, seja de maneira direta ou indireta, de distintas formas e perspectivas, a questão da distribuição da renda, bem como da redistribuição, para além de atributos éticos, representa não só o objetivo da ciência econômica, mas um importante determinante do comportamento econômico em geral.

Encontra-se na literatura a distinção de análises que separam aspectos positivos e normativos da distribuição da renda. A saber, o prisma do estudo normativo se dá mais na investigação das políticas de redistribuição, no sentido da equidade e justiça social. Já a ótica positiva debruça-se na forma pela qual se dá a distribuição da renda dentro dos sistemas de produção. (SANDMO, 2015). Dentro do aspecto positivo, os esforços da ciência econômica centraram-se, ao longo de grande parte de sua história, na análise do problema da distribuição da renda ante a perspectiva funcional, ou seja, sobre como se dava a repartição da renda total entre os detentores dos fatores de produção, cuja gênese está na teoria clássica a partir de Adam Smith.

De acordo com Sandmo (2015), a distribuição funcional da renda sempre se manteve no berço teórico dos clássicos, já a análise pessoal da renda nasce de evidências empíricas como os trabalhos de Pareto (1906) e Kuznets (1955). Esforços teóricos e empíricos mais recentes, principalmente a partir dos anos 1980, de

¹ Doutora em Economia pelo Programa de Pós graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGE/UFRGS) e professora na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS).

² Doutor em Economia (UFRGS) e professor da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS).

influência kaleckiana/keynesiana, passaram a desenvolver modelos que mostram o impacto da distribuição da renda no crescimento econômico com base no princípio da demanda efetiva. Além disso, com a crescente desigualdade de renda no mundo, o tema voltou a ser amplamente debatido desde meados da primeira década do século XXI.

Diante disso, objetiva-se neste trabalho sintetizar a tratativa da distribuição da renda nas diferentes abordagens econômicas, de modo a contribuir para o entendimento da distribuição no funcionamento da economia, de acordo com as diferentes interpretações do pensamento econômico. Para tanto, o trabalho está dividido de maneira que em cada uma das seções expõe-se sumariamente o papel da distribuição de renda em cada vertente teórica. Inicia-se a análise com a escola clássica, a partir de Smith, Ricardo, Mill e Marx. Em seguida, aborda-se a teoria neoclássica com as ideias de Walrás, Wicksell e Kuznetz. Na quarta seção, dentro da abordagem keynesiana, resume-se a distribuição da renda nos pensamentos de Keynes, Kaldor, Kalecki e Pasinetti. Na quinta seção, aborda-se brevemente a apreciação de algumas teorias da distribuição mais recentes, com base nos trabalhos de Amartya Sen, Thomas Piketty e Anwar Shaikh. Por fim, encerra-se o artigo com algumas considerações finais.

2. A TEORIA CLÁSSICA: ADAM SMITH, DAVID RICARDO, STUART MILL E KARL MARX

Em consonância com a história do pensamento econômico, a Escola Clássica é representada por Adam Smith, John Stuart Mill, David Ricardo e Thomas Malthus, que influenciaram a ciência econômica durante todo o século, entre as décadas de 1770 e 1870. A abordagem teórica dos economistas clássicos focou, principalmente, na distribuição funcional da renda, i.e., como se dava a distribuição da renda entre as classes sociais: salários, lucro e renda da terra. Essa categorização é reflexo da principal divisão de classes da sociedade no final do século XVIII e início do XIX, em trabalhadores, capitalistas e latifundiários.

Os preços e a teoria do valor estão intimamente ligados à explicação da distribuição da renda na abordagem clássica. Ao tratar da formação dos preços nos mercados, Smith (1776) trata da distribuição. Os salários, o lucro e o aluguel da terra compunham o preço, sendo, então, o valor distribuído entre trabalhadores, capitalistas e donos da terra.

Os salários na teoria clássica giram em torno do nível de subsistência e considera os fatores de produção como homogêneos, sendo analisados em elevado grau de abstração, porque os salários não eram de fato uniformes em diferentes profissões. De acordo com Sandmo (2015), havia duas razões para isso: por um lado, diferenças nos salários poderiam ser causadas por forças competitivas; por outro, elas poderiam ser causadas pela ausência de competição, seja por restrições privadas no processo de concorrência ou por regulamentações governamentais. A teoria da estrutura salarial competitiva de Smith foi alvo de muitas críticas e modificações por parte de uma geração posterior de economistas clássicos, em particular por John Stuart Mill (1848). Mill argumentou que, embora a teoria de Smith possa ser realista para o caso da concorrência perfeita, com empregos similares preenchidos por quase a mesma descrição de pessoas, esse caso está muito longe dos mercados de trabalho que realmente observa, concluindo que a hipótese de Smith de que os salários tendiam a subir com as desvantagens associadas à ocupação estava errada, e que, ao contrário, a verdadeira relação era aquela em que “dificuldades vs. Ganhos” se relacionavam inversamente entre si.

Para Ricardo (1996), o salário estabelece-se pela interação entre oferta e demanda. Mesmo que haja situações nas quais ocorra uma elevação ou redução real dos salários, deixando os trabalhadores em condições melhores ou piores de bem estar, o preço do salário tende a convergir a seu preço natural. A repartição do excedente está voltada, principalmente, aos proprietários de terra e aos capitalistas. Ainda que exista divergências entre os teóricos clássicos, pode-se estabelecer que a participação dos salários na renda, aumenta com o crescimento da riqueza nacional, sendo improvável que isso aconteça em caso de estagnação econômica. Isso posto, verifica-se que não é a extensão efetiva da riqueza nacional, mas seu incremento contínuo, que provoca uma elevação dos salários do trabalho.

Quanto ao tratamento dos lucros, há diferenças consideráveis entre os economistas clássicos. Sandmo (2015, p.11) esforça-se numa síntese comum na definição de lucro dessa escola como: “a taxa de retorno sobre o capital, definida como a taxa de juros mais um prêmio de risco que variava com a natureza do capital”. Portanto, em equilíbrio, o capital deve ganhar uma taxa de lucro que compense o investidor por sua abstinência do consumo atual. Partindo do pressuposto de que o investidor é avesso ao risco, o prêmio de

risco deve ser positivo. Mas, como o grau de risco varia entre projetos e indústrias, o prêmio de risco e, portanto, a taxa de retorno sobre o capital, apresentam variação considerável, mesmo assumindo competição perfeita.

A partir de Smith, pode-se ter noção da visão clássica sobre a evolução e a acumulação de capital que, embora dependa da taxa de lucro, o volume inicial do capital é um fator determinante.

Um capital grande, embora produza lucros pequenos, geralmente aumenta com maior rapidez que um capital reduzido com lucros elevados. Segundo diz o provérbio, dinheiro gera dinheiro. Quando se tem um pouco de capital, muitas vezes é fácil conseguir mais. O grande problema é conseguir esse pouco inicial (SMITH, 1996, p. 114)

A renda do capital, portanto, seria concentrada. A despeito do total da produção anual da terra e do trabalho de um país seja, afinal, aquele que supre o consumo da população e possibilita a geração de renda, é também verdadeiro que a produção, depois que sai das mãos dos trabalhadores produtivos, divide-se em duas partes. Uma – via de regra, a maior parcela – que se destina a repor um capital dispendido na produção; e outra que constitui uma renda, para o dono deste capital, em forma de lucro, ou para outras pessoas, como renda de sua terra. (SMITH, 1996).

Assim, para a teoria clássica, portanto, o lucro deve ser visto como a recompensa por unidade de capital que se acumula ao indivíduo capitalista. Mas para uma teoria completa da distribuição de renda do capital, seria necessário também uma teoria da distribuição individual da propriedade do capital, porque a renda do capital resultante para o capitalista individual seria igual à taxa de retorno vezes a quantidade de capital em sua propriedade. A determinação da estrutura de propriedade foi uma questão que não recebeu muita atenção dos economistas clássicos e, assim, sua teoria da distribuição de renda dentro da classe capitalista deve ser considerada incompleta (SANDMO, 2014). A remuneração dos proprietários de terra provinha da taxa de aluguel de cada unidade de terra de sua posse. Dentro dos limites da liberdade natural, a teoria clássica mostra que os capitalistas pagavam pelo uso da terra que não possuíam, da mesma forma que pagavam pelo uso de capital fixo que não possuíam. Eles competiam uns com os outros e com os proprietários dos ativos que desejavam usar. Tal competição garantia que os proprietários receberiam quantias extras de excedente atribuíveis às propriedades da terra que detinham. (ASIMAKOPULOS, 2012a).

Em linhas gerais, os clássicos possuem uma teoria bastante sofisticada da distribuição funcional da renda. No entanto, sua teoria da distribuição pessoal é menos avançada, e restrita, principalmente, ao quadro de compensar os diferenciais de salários, conforme desenvolvido por Smith e criticado por Mill (SANDMO, 2015). Em relação à remuneração da riqueza não pertencente ao trabalho, sua capacidade analítica da distribuição pessoal de renda foi limitada pela ausência de uma teoria da distribuição da propriedade. Ekerman, na apresentação de *Princípios de Economia Política*, afirma que Mill em seu Livro I, assim como a escola clássica em geral, atribuiu a distribuição da propriedade ao capital e à terra como determinada por processos históricos que estão fora do escopo da ciência econômica. Já no Livro II, o autor preocupa-se com um assunto de natureza bastante diferente, mostrando que a distribuição da riqueza depende das leis e costumes da sociedade. As regras pelas quais é determinada são embasadas nas opiniões e nos sentimentos da parte governante da comunidade, sendo muito diferentes no tempo e no lugar. Assim posto, na perspectiva de Mill as leis da economia não estão relacionadas com a distribuição, tal que a distribuição da produção não é regida por leis imutáveis; ao contrário, a forma como a riqueza é distribuída é um resultado de uma escolha da humanidade, concluindo que se a pobreza existe é porque os indivíduos a aceitam e toleram.

A perspectiva marxiana também trata os determinantes da distribuição de renda dentro da estrutura estabelecida por seus antecessores clássicos, especialmente Smith e Ricardo. Analiticamente, Marx foi além de Ricardo, estudando o problema da renda consistentemente dentro do quadro de um fluxo circular de produção. Sua inovação está na percepção de um duplo aspecto no valor da força de trabalho. Marx pressupõe que todo esse processo continua obedecendo à lei da troca de mercadorias, no qual o capitalista sempre compra a força de trabalho (mercadoria) e o trabalhador sempre vende sua força de trabalho (mercadoria) pelo seu valor real. Num primeiro momento (o início da produção), o trabalhador vende sua força de trabalho para o capitalista, e este lhe paga, na forma salário, apenas o valor correspondente à sua subsistência. Parte do trabalho (geração de valor), empenhado na produção pelo trabalhador, é apropriada pelo capitalista, como trabalho não pago (mais valor). O maior valor apropriado pelo capitalista, após ser realizado na esfera da

circulação, por meio do consumo dos capitalistas e também dos trabalhadores, retorna ao capitalista de forma expandida (D') e, a partir disso, ele pode reinvesti-lo – em sua totalidade ou parcialidade – no sistema produtivo, comprando mais forças produtivas ou remunerando seus meios de produção existentes (MARX, 2013).

Ora, tomando esse fluxo contínuo de produção e reprodução do capital, temos que o mais valor produzido pelo trabalhador e apropriado pelo capitalista é utilizado para remunerar o próprio trabalhador (que o produziu), que continua a produzir mais valor, receber salários, consumir seu salário retornando-o ao capitalista e todo o circuito se repete inúmeras vezes.

Portanto, o lucro é o excedente apropriado no mercado pelos capitalistas. Porém, Marx (2013b) alerta que, com o progresso técnico, a substituição cada vez maior dos trabalhadores pelas máquinas, o estabelecimento de um exército de reserva de mão de obra crescente, faria com que a taxa de lucro do capitalista caísse ao longo do tempo. A taxa de lucro entendida como a razão entre a mais-valia gerada e o capital empregado, tenderia a cair, porque o valor é gerado pelo trabalhador e se utilizada cada vez menos mão de obra, menos valor é gerado ao longo do tempo. A taxa média de lucro é que regula o processo de crescimento econômico capitalista. Para Alvarez (1996), a competição instaurada entre os capitalistas reduziria progressivamente o seu número. O perfil da distribuição de renda caminha, deste modo, para uma contraposição entre uma ínfima minoria capitalista e uma massa de trabalhadores que subsistem miseravelmente.

3. A TEORIA NEOCLÁSSICA: OS MARGINALISTAS E NÃO- MARGINALISTAS

A “Revolução Marginalista” e o nascimento da Economia Neoclássica marcaram um novo estilo de teorização econômica no qual, em contraste com os escritores clássicos, a nova geração de economistas tentou ancorar sua análise no comportamento dos agentes econômicos individuais, usando a teoria da otimização e as ferramentas matemáticas do cálculo diferencial. O que os historiadores do pensamento econômico comumente chamam de revolução marginalista está associado a três autores e três livros: *Theory of Political Economy* (1871), de William Stanley Jevons, *Grundsätze der Volkswirtschaftslehre* (1871), de Carl Menger, e *Éléments d'économie politique pure* (1874–1877), de Léon Walras. A preocupação central dos três protagonistas principais da revolução marginalista na década de 1870 era estabelecer a teoria do valor subjetivo como o principal fator causal para a compreensão da formação de preços. Isso os levou a focar, antes de tudo, na determinação dos preços dos bens de consumo, mas eles também estenderam a teoria para aplicar à formação dos preços dos fatores. A utilidade marginal, o “grau final de utilidade” de Jevons, tornou-se a nova fonte de valor, com foco primário nos desejos subjetivos dos indivíduos que buscam maximizar a satisfação, invertendo a ordem de causalidade da teoria clássica e rompendo com as preocupações sobre classes socioeconômicas e suas propriedades, bem como com os conflitos distributivos (BRAFF, 2012; SANDMO, 2015).

A igualdade das produtividades do valor marginal e dos preços dos fatores como resultado da maximização do lucro é particularmente explícita em Walrás (1874;1877; 1954). Walrás criticou teoria clássica dos salários, dizendo que a análise dos salários deve basear-se numa visão desagregada do mercado de trabalho com taxas salariais específicas da ocupação. No entanto, nenhum dos três autores foram muito longe na análise da distribuição de renda, o foco passou a ser a alocação eficiente dos recursos (SANDMO, 2013).

De acordo com Sandmo (2015) e Braff (2012), um autor de extrema importância na consolidação da corrente neoclássica foi Knut Wicksell, que é especialmente conhecido pela primeira formulação clara e precisa da função de produção como uma ferramenta central na análise das decisões de produção e investimento, incluindo a introdução original em economia do que ficou conhecido como a função Cobb-Douglas. Ele tornou explícita a ideia de substituição de fatores, e essa suposição de substituição contínua entre fatores de produção foi adotada por economistas posteriores como uma característica definidora da economia neoclássica. De forma mais rigorosa, ele mostrou que a maximização do lucro envolvia a igualdade entre valor marginal dos produtos e dos preços dos fatores. Wicksell, porém, enfatizou a incompletude da teoria da produtividade marginal como uma teoria da distribuição da renda, ao passo que não conseguiu integrar em sua análise formal os lados da oferta e demanda de trabalho, ainda que em suas discussões práticas tenha apresentado uma clara compreensão na natureza de suas interações (BRAFF, 2012). Posto que tenha

mostrado o papel que o progresso técnico desempenhou na produtividade do trabalho, Wicksell (1906) foi enfático na assertiva de que os salários reais tenham aumentado nos 200 anos anteriores. A justificativa para isso foi o aumento populacional.

Outra questão que tange aos aspectos distributivos diz respeito ao problema da exaustão da produção. Esse ponto já havia sido levantado anteriormente por Philip Wicksteed (1894), para o caso de firmas com funções de produção linearmente homogêneas. Wicksell apontou que o problema seria resolvido assumindo que as funções de produção passavam por fases de retornos crescentes, constantes e decrescentes de escala (SANDMO, 2015).

Assim, a ideia de um equilíbrio geral refere-se à situação em que há igualdade entre oferta agregada e demanda agregada nos mercados de bens e de fatores, equilíbrio garantido por um vetor de preços que garante essa igualdade. Trabalhadores e capitalistas são simétricos na teoria neoclássica, proprietários de fatores complementares e essenciais ao processo produtivo, e que por isso devem ser remunerados. Suas rendas são contrapartidas de suas contribuições para o processo produtivo. Essa lógica é correspondente à lei de Say, que determina a distribuição por meio da troca. Alguns intérpretes antecipam a formação do pensamento neoclássico a partir dos estudos de Say (PAIVA, 1998).

Depois da sucessão de crises econômicas culminando com a grande depressão dos anos 1930, a abordagem neoclássica sofreu sérias críticas por suas hipóteses que levariam a economia a uma situação de equilíbrio geral. Com relação aos aspectos distributivos, Kaldor (1955-56, p.10) afirma que:

In fact the whole approach which regards the share of wages and of profits in output as being determined by the marginal rate of substitution between Capital and Labour- with its corollary, that the constancy of relative shares is evidence of a unity-Elasticity of Substitution between Capital and Labour – is hardly acceptable to present-day economists.

Maurice Dobb (1973) faz uma crítica às teorias de “oferta e demanda” que tentaram introduzir uma simetria entre lucros e salários, reduzindo ambas como remuneradas pela sua contribuição ao produto ou pela sua utilidade. Na esfera da troca, uma vez que todos os fatores são pagos conforme as regras do jogo competitivo, nenhuma distinção óbvia pode ser feita nas explicações das várias formas de rendimento. Assim, ao mudar o foco da produção para a troca, a noção de excedente, assim como o caráter distintivo das ações distributivas em termos de sua origem e determinação, é perdida.

Ainda dentro da abordagem neoclássica sobre a distribuição de renda, um dos autores da maior influência nesse tema no século XX é Simon Kuznets. Consoante com Alvarez (1996), a argumentação apresentada pela teoria neoclássica ressalta uma tendência natural de equalização distributiva durante o processo de desenvolvimento. Diante de uma mudança na relação dos preços relativos entre os fatores de produção causada pela acumulação de capital por trabalhador ao longo do desenvolvimento das forças produtivas, haveria um favorecimento dos trabalhadores à medida que seus salários tenderiam a crescer relativamente. Contudo, a melhoria distributiva provocada pelo avanço das forças produtivas, apregoada pela teoria neoclássica, não era observada empiricamente. Especialmente no caso dos países subdesenvolvidos, cujo histórico apontava para uma concentração de renda. A relevância de Kuznets reside no fato de ele ter trazido a base empírica para esse debate.

Kuznets (1955) desenvolve uma teoria conhecida como teoria do “U” invertido (uma curva em forma de sino), que diz que a desigualdade de renda aumentaria nos estágios iniciais do desenvolvimento, o que explica a curva começar ascendente. Entretanto, posteriormente, haveria uma reversão dessa tendência, e a desigualdade se reduziria. A primeira fase, de aumento da desigualdade, caracterizaria as etapas iniciais do processo de industrialização, cujo fundamento estaria no fato de que apenas uma parcela pequena da população teria condições de se beneficiar dos ganhos iniciais desse processo. Com o passar do tempo, em etapas mais avançadas de desenvolvimento, a desigualdade cairia “de forma automática, ou endógena, quando uma fração cada vez maior da população passa a desfrutar do crescimento econômico” (PIKETTY, 2014, p. 21).

Sobre a análise de Kuznets, Alvarez (1996) destaca que suas tiveram uma repercussão muito abrangente dentro da ciência econômica e foram capazes de influenciar a visão oficial de instituições internacionais sobre o tema da distribuição de renda. O que se refletiu num vasto número de estudos objetivando confirmar esta abordagem para outras regiões – a despeito de que o tipo de série utilizado originalmente por esse autor não era disponível para a maioria das nações. Alvarez (1996) assinala ainda que, como resultado disso, se popularizou o estudo de dados em *cross-section* que incluíam os países nos diferentes

estratos de renda *per capita*, os quais respaldavam a concepção da curva em U invertido de Kuznets, dentre os quais se destaca o trabalho de Ahluwalia (1976).

Apesar da hipótese de U invertido de Kuznets ter uma ampla influência na teoria econômica, a metodologia utilizada e aplicada aos modelos econométricos, que seguiram a obra seminal de Kuznets, sofreu diversas críticas. A primeira delas é apresentada por Fields (1980), que embora aceite a tendência do U invertido, aponta para as debilidades argumentativas que sustentam essa hipótese. A sua crítica sublinha a inconsistência em se utilizar modelos em *cross-section* para comparar países com trajetórias históricas distintas. Para esse autor, a *cross-section* pressupõe que “os países nos diferentes estágios percorreram os mesmos padrões na sua experiência de desenvolvimento, o que na melhor das hipóteses é uma tese polêmica” (ALVAREZ, 1996, p. 29).

Anand e Kanbur (1993), por sua vez, apresentam críticas quanto a validade econométrica de se legitimar a hipótese de U invertido. Para tanto, os autores baseiam-se no trabalho de Ahluwalia (1976), considerado como o trabalho mais preciso e eficiente na defesa da tese de Kuznets, e argumentam que os dados ali utilizados abrangeriam diferentes formas funcionais; de modo que a depender das escolhas econométricas que se fizessem, poderiam apontar para tendências diametralmente opostas.

Outra crítica que se pode apresentar aos resultados otimistas de Simon Kuznets, indicando que a desigualdade não só é temporária mas leva ao desenvolvimento, é a análise de Albert Hirschman (1973 *apud* SNOWDOWN; VANE, 2003, p. 558), no que ele denominou de “o efeito túnel”, o qual consiste em três proposições básicas: 1) nos estágios iniciais de desenvolvimento e crescimento há uma alta tolerância para desigualdades crescentes; 2) essa tolerância se corrói ao longo do tempo se o grupo de baixa renda não consegue se beneficiar do processo de crescimento; 3) no longo prazo, desigualdades persistentes e crescentes em um país em processo de desenvolvimento tendem a levar a “desastres de desenvolvimento” como tensões internas, alimentadas pela desigualdade, que causam, por fim, instabilidade política.

Friedman (1953), em seu trabalho para explicar a distribuição de renda como o resultado da escolha racional sob incerteza, aponta que a forma especial da função de utilidade dá origem a uma distribuição de renda que é consistente com os padrões observados como os documentados em seu próprio trabalho empírico com Kuznets (Friedman e Kuznets, 1945). Para o autor, tanto a desigualdade de renda quanto as políticas redistributivas emergem como resultados da livre escolha dos indivíduos. Quanto menos avessos ao risco os indivíduos, maior será a desigualdade de renda na sociedade. Contudo, pressupõe uma situação de plena igualdade de oportunidades, o que é incompatível com a realidade de todas as sociedades.

4. A TEORIA KEYNESINA: DE KEYNES AOS PÓS-KEYNESIANOS

A obra *General Theory of Employment, Interest and Money* (1936) propõe uma teoria da determinação do emprego e da produção econômica com base na análise da demanda agregada, e não na análise do crescimento de insumos para a produção e melhorias na tecnologia. Assim, Keynes não se ateu especificamente ao ponto da distribuição de renda como tal (KALDOR, 1936).

No entanto, Keynes notou uma grande estabilidade das parcelas de salários e lucros desde meados do século XIX na Grã-Bretanha. Ao tratar dos motivos que levam os indivíduos a se absterem de gastar sua renda no capítulo IX, o autor enfatiza:

Agora, a força de todos estes motivos varia enormemente segundo as instituições e a organização da sociedade econômica que presumimos; segundo os hábitos devidos à raça, à educação, às convenções, à religião e às atitudes morais correntes; segundo as esperanças atuais e a experiência passada; segundo a escala e a técnica do equipamento de capital; segundo a forma prevalecente da distribuição da riqueza e os níveis de vida estabelecidos. [...] Isso significa que daremos por aceita a base dos motivos subjetivos que levam, respectivamente, a poupar e a consumir. Na medida em que a distribuição da riqueza é determinada pela estrutura social mais ou menos permanente da comunidade, podemos igualmente considerar essa base um fator que só varia em ritmo lento e no curso de um longo período, o que também daremos por aceito no presente estudo (KEYNES, 1996; p. 128).

As mudanças distributivas para Keynes são lentas e de longo prazo, então, tidas como dadas em sua teoria. Apesar disso, o autor não ignora questões pertinentes à redistribuição. Ao tratar sobre impostos sobre heranças, afirma que uma política fiscal de altos impostos sobre heranças faz aumentar a propensão da comunidade a consumir, o que estimula o investimento.

Assim sendo, ainda que não tenha aprofundado teoricamente a temática da distribuição da renda, Keynes não se opõe a uma certa desigualdade, pois ela estimula a acumulação de capital e a busca por lucros, desenvolvendo atividades-chaves para a economia. No entanto, a mesma lógica não se aplica à desigualdade das heranças. Suas ideias seriam retomadas e desenvolvidas em teorias de distribuição de renda posteriormente. Dentro do aporte chamado “keynesiano”, as três versões que receberam mais atenção são as de Kalecki³, Kaldor e Pasinetti (ASIMAKOPULOS, 2012b). Esses modelos de crescimento apresentam uma íntima relação entre a distribuição funcional da renda e o crescimento em sua gênese. São pontos comuns entre os três: (1) consideram o investimento um importante determinante dos lucros; (2) assumem que, pelo menos em uma ampla gama de valores possíveis, o investimento é independente da poupança; (3) supõem a propensão a poupar dos lucros como sendo maior do que a propensão a poupar dos salários (ASIMAKOPULOS, 2012b; OREIRO, 2011).

O modelo proposto por Kaldor busca solucionar o primeiro problema proposto por Harrod sobre o fio da navalha⁴. O autor assume o princípio da demanda efetiva, mas apresenta algumas diferenças importantes da teoria de Keynes. Kaldor começa por negar a função poupança keynesiana adotando uma “função poupança clássica”, que diz que a propensão a poupar global depende da propensão a poupar dos capitalistas e dos trabalhadores, sendo a primeira mais elevada do que a segunda. Considerando uma economia fechada e sem governo, a renda corresponde à soma dos salários e dos lucros, com a poupança dependente da participação relativa de salários e lucros na renda, tendo em vista as diferentes propensões a poupar; quanto mais elevada for a concentração de renda maior será a poupança (BRESSER-PEREIRA; 1975).

Kaldor mostra que, dadas as propensões a poupar, a participação dos lucros na renda depende apenas da razão entre investimento e produto, uma relação que é determinada exogenamente em seu modelo. Essa relação é tão mais significativa quanto mais o investimento for considerado uma variável independente do volume de poupança. Embora não seja uma variável exógena, o investimento, para Kaldor, não é determinado pela poupança. Na realidade, é o volume de investimentos que, através do multiplicador, irá determinar o nível de renda e por consequência a poupança, tendo em vista a existência de desemprego e capacidade ociosa. Desse modo, um aumento nos investimentos implicará um aumento na demanda global. À vista disso, os preços e as margens de lucro – participação do capital na renda – tenderão a crescer, ao passo que o consumo se reduz em termos relativos. Quanto maior for a diferença entre as propensões a poupar dos capitalistas e dos trabalhadores, maior será o impacto dos investimentos sobre os lucros (ASIMAKOPULOS, 2012b; BRESSER-PEREIRA, 1975). Pode-se, portanto, inferir que a preocupação de Kaldor correspondia aos efeitos de longo prazo da distribuição funcional da renda, que se ajusta às mudanças das participações dos lucros e salários, de modo a permitir o retorno da economia à sua trajetória de longo prazo com pleno emprego.

O modelo de Luigi Pasinetti (1962) centra sua análise da determinação da taxa de lucro com a equação de Kaldor para a igualdade de equilíbrio de curto prazo entre investimento e poupança. No entanto, diferentemente de Kaldor, ele examina, além da participação dos lucros, a determinação da taxa de lucro, e sua análise é mais focada no curto prazo. Outra diferença importante é que o autor inclui funções de “classe” em vez de “categorias de renda”, com a justificativa de que Kaldor havia ignorado a dimensão da propriedade e do estoque de riqueza (capital) da economia (ASIMAKOPULOS, 2012b; OREIRO, 2011; 2016).

A contribuição de Pasinetti foi mostrar que a “Equação de Cambridge”⁵ poderia ser obtida sem qualquer referência ao valor da propensão a poupar dos trabalhadores, sendo esta irrelevante na determinação da taxa de lucro de equilíbrio ao longo de uma trajetória de crescimento estável com pleno emprego. Assim sendo, Pasinetti (1962) dá uma conotação de luta de classes à abordagem kaldoriana, voltando, desse modo, as atenções para os efeitos de longo prazo da distribuição pessoal da renda, sendo que mudanças nesta última que leva a economia à sua trajetória de longo prazo com pleno emprego (OREIRO; 2016).

³ Embora Kalecki tenha desenvolvido sua teoria antes da publicação da Teoria Geral de Keynes em 1936, ele comumente é atribuído à vertente pós-keynesiana.

⁴ Primeiro problema de Harrod: Ainda que o crescimento com pleno-emprego seja possível, tal “idade dourada” é altamente improvável pois as variáveis constitutivas da condição de equilíbrio são independentes entre si. Somente por uma “feliz coincidência” é que a taxa garantida de crescimento será igual a taxa natural, ou seja, a taxa de crescimento da força de trabalho. Ver Oreiro (2016).

⁵ $r = \frac{\eta}{s_c}$ que diz a taxa de lucro é determinada, ao longo da trajetória de crescimento de equilíbrio, pela razão entre a taxa de crescimento da força de trabalho e a propensão a poupar a partir dos lucros. A tecnologia, expressa pela relação capital-produto, não desempenha nenhum papel na determinação da taxa de lucro (OREIRO, 2005).

No modelo simplificado de Kalecki, a determinação dos lucros, em uma economia fechada, sem tributação ou despesa do governo e sem poupança dos trabalhadores, é exposta em seu estudo do ciclo econômico publicado em polonês em 1933. Embora não seja explicitamente identificada dessa forma, sua teoria é apresentada para uma situação de equilíbrio de curto prazo. As relações fundamentais da teoria da demanda efetiva de Kalecki dizem respeito: 1) que o montante agregado de lucros depende das decisões de gasto dos capitalistas; 2) que a relação entre lucros e renda agregada é determinada pelos “fatores de distribuição”. Deve-se ressaltar que, para Kalecki, os lucros dependem das decisões de gasto dos capitalistas não só porque tais decisões são tomadas no período anterior, mas porque se baseiam na existência de um setor bancário que torna o crédito disponível para o investimento, fazendo com que as decisões de gasto sejam autônomas com respeito à renda. Como os lucros são determinados pelos gastos de consumo e de investimento dos capitalistas, é a renda dos trabalhadores que é determinada pelos fatores de distribuição.

Ao propor a separação da economia em três departamentos – Departamento produtor de bens de capital (DI); Departamento produtor de bens de consumo de luxo dos capitalistas (DII) e Departamento produtor de bens de consumo necessários para os trabalhadores (DIII) –, Kalecki mostra que a distribuição da renda entre trabalhadores e capitalistas é função simples do padrão de competição intercapitalista (DI e DIII). O mercado intercapitalista passa a ser melhor especificado através da separação entre investimento bruto e consumo capitalista, e a hipótese de manutenção dos salários ao nível de subsistência, sintetizada por “os trabalhadores gastam o que ganham”, é também observada. Deriva daí que o montante total dos salários pagos aos trabalhadores envolvidos na produção para o mercado intercapitalista (salários pagos aos trabalhadores do DI e DII) é idêntico ao excedente de bens de consumo para trabalhadores produzido no Departamento III. Como consequência, Kalecki mostra que o lucro total é determinado apenas no mercado intercapitalista — “os capitalistas ganham o que gastam”. Tomando-se a proporção salário/produto em cada departamento como parâmetro, o consumo dos trabalhadores passa também a ser determinado no mercado intercapitalista. Isto posto, chega-se à conclusão de que a renda nacional também é determinada exclusivamente pelo dispêndio capitalista, internalizando a trajetória da reprodução do sistema ao mercado intercapitalista.

Em sua obra “Teoria da Dinâmica Econômica” de 1954, além de romper com a ideia de “mercado competitivo” neoclássico na determinação dos preços⁶, ao tratar da distribuição da renda nacional, Kalecki mostra que a parcela relativa dos salários no valor agregado da indústria manufatureira é determinada não só pela composição industrial do valor agregado, como também pelo grau de monopólio e pela razão entre os preços das matérias primas e os custos de salários por unidade. Uma elevação do grau de monopólio ou dos preços das matérias primas com relação aos custos de salários por unidade provoca uma queda da parcela relativa dos salários no valor agregado. Assim sendo, como aponta Asimakopulos (2012b), a determinação das participações dos salários e dos lucros na renda dependem, portanto, das hipóteses feitas sobre as condições competitivas nos mercados de produtos e as condições de produção.

Quanto à determinação dos lucros brutos no período vigente, Kalecki mostra que são proporcionais à soma da parte constante dos gastos de consumo e de investimento dos capitalistas e inversos à propensão marginal a poupar dos lucros. Ou seja, para Kalecki, os capitalistas, como um todo, determinam seus próprios lucros pela extensão de seus investimentos e consumo pessoal. No entanto, os determinantes do investimento dependem positivamente da poupança bruta das firmas e da elevação dos lucros por unidade de tempo, e negativamente do incremento líquido de capital em equipamento por unidade de tempo.

Desta forma, o processo de distribuição da renda para Kalecki, das participações dos salários e dos lucros na renda, são geridos pelo princípio da demanda efetiva. Ao mesmo tempo em que o lucro depende dos gastos dos capitalistas em consumo e investimento, o investimento é determinado pela expectativa do aumento do consumo. Destarte, numa situação que não há pleno emprego, uma melhor distribuição funcional da renda poderia alavancar o crescimento do produto.

5. CONSIDERAÇÕES ACERCA DE OUTRAS ABORDAGENS E TRABALHOS RECENTES

As abordagens modernas são inúmeras, principalmente considerando aquelas dentro dos aspectos positivos da distribuição de renda. Reconhece-se que muitos trabalhos importantes foram deixados de fora

⁶ Para Kalecki, a determinação dos preços dependem grandemente do grau de monopólio das indústrias.

desta síntese⁷, mas nesta seção serão apresentadas outras abordagens sobre a distribuição de renda desenvolvidas no período recente a partir de: 1) Amartya Sen, compreendendo a redução de desigualdade como nevrálgica para o desenvolvimento e para as expansões das liberdades individuais, porém, indo além da mera dotação distribuição de renda e englobando outros elementos; 2) Thomas Piketty, cuja obra seminal recoloca a desigualdade de renda no centro do debate acadêmico, a partir de uma crítica a hipótese de Kuznets e da investigação a respeito da relação entre crescimento e desigualdade, cujos resultados se contrapõem ao discurso *mainstream* sobre esse tema; e por fim, 3) será apresentado, brevemente, o tratamento dado a esse tema por Anwar Shaikh a partir da econofísica.

O que aproxima essas três abordagens distintas é o fato delas serem reativas ao não cumprimento da profecia otimista de Kuznets. Snowdon e Vane (2005) asseveram que ao longo da segunda metade do século XX houve um grande número de histórias de desenvolvimento cujas taxas de crescimento acima da média foram atingidas sem que esses países exibissem altos níveis de desigualdade da renda, particularmente os Tigres Asiáticos. Ao mesmo tempo em que na América Latina muitos países apresentaram alta desigualdade acompanhada de baixas taxas de crescimento.

Consequentemente, houve uma mudança de pensamento a respeito desse tema, na medida em que muitos autores passaram a enfatizar o possível efeito adverso que a desigualdade pode ter sobre o crescimento, questão que já havia sido tratada, por exemplo, na obra de Gunnar Myrdal e sua teoria da causação cumulativa (SNOWDON; VANE, 2005).

Nesse sentido, o trabalho de Amartya Sen é de grande relevância. Sen (2000) na sua obra mais conhecida “Desenvolvimento como liberdade” apresenta uma visão crítica e inovadora sobre o processo de desenvolvimento. Para o autor, ao contrário da forma como muitas vezes esse tema é tratado nas ciências econômicas, o desenvolvimento não diz respeito apenas ao avanço das forças produtivas, da inovação tecnológica ou mesmo do simples aumento do PIB. O conceito de desenvolvimento elaborado pelo autor diz respeito à ampliação das capacidades individuais, as quais se referem às oportunidades de escolha dos indivíduos além dos bens primários. Para Sen (2000), as capacidades devem propiciar ao ser humano liberdade substantiva, ou seja, ser capaz de escolher a vida que deseja levar. Nessa perspectiva, a desigualdade social e a pobreza são tratadas como limitantes ao processo de desenvolvimento socioeconômico, na medida em que afetam negativamente a capacidade individual dos indivíduos definirem o rumo de suas vidas, a partir da restrição a oportunidades sociais.

A relação entre a liberdade e a renda é complexa na abordagem de Sen, no qual a renda e a riqueza não são fins em si mesmos, mas constituem um importante meio para que as pessoas atinjam as condições de vida que julgam necessárias. Por um lado, o aumento da renda pessoal pode ser um meio necessário para se desenvolverem as capacidades das pessoas, no entanto, por outro lado, o aumento da renda pessoal pode ser um resultado provável do desenvolvimento dessas capacidades, o que estabelece uma relação mútua de causalidade, positiva ou negativa, haja vista que, via de regra, as carências de capacidades pessoais estão frequentemente associadas às pessoas de baixa renda (PINHEIRO, 2012). Assim, a teoria de Amartya Sen se mostra importante no sentido de que a distribuição da renda, do ponto de vista pessoal, pode ser determinante na perpetuação da pobreza e do abismo do desenvolvimento humano.

A segunda abordagem é o trabalho seminal de Thomas Piketty em sua obra mais famosa *O Capital no Século XXI*. Resultado de uma pesquisa realizada ao longo de 15 anos, o livro de Piketty obteve ampla repercussão. Um dos grandes méritos de Piketty é trazer à baila novamente o debate a respeito da questão distributiva a partir da construção de uma inédita base de dados, tendo como fontes a declaração de renda do capital e do trabalho aos órgãos fiscais dos oito países investigados: EUA, Japão, Alemanha, França, Grã-Bretanha, Itália, Canadá e Austrália., de modo a compreender o processo de distribuição e desigualdade de riqueza ao longo do tempo.

Os principais resultados de seu estudo foram dois: o primeiro de que “se deve sempre desconfiar de qualquer argumento proveniente do determinismo econômico quando o assunto é distribuição de renda” (PIKETTY, 2014, p.27). De modo que a distribuição de renda historicamente não é um mero resultado da própria dinâmica do processo de acumulação capitalista e de desenvolvimento econômico, mas há um elemento político por trás dela, de disputa social que muitas vezes é ignorado pela teoria econômica. A

⁷ Trabalhos reconhecidamente importantes como os de Martha Nussbaum; John Rawls, Gary Fields, Anthony B. Atkinson, Kenneth Arrow e outros.

segunda conclusão apresentada por Piketty (2014, p.27) é de que “a dinâmica da distribuição da riqueza revela uma engrenagem poderosa que ora tende para a convergência, ora para a divergência, e não há qualquer processo natural ou espontâneo para impedir que prevaleçam as forças desestabilizadoras, aquelas que promovem a desigualdade”.

Ressalta-se que as conclusões de Piketty (2014) partem da pressuposição das chamadas Primeira e Segunda leis fundamentais do capitalismo elaboradas pelo autor, as quais se referem ao comportamento do estoque de capital⁸/renda (β) – que nos diz quantas vezes o estoque de capital é superior à apropriação da renda. Assim sendo, a Primeira lei fundamental do capitalismo de Piketty é expressa da seguinte forma:

$$\alpha = r \times \beta$$

Sendo α a participação do capital na renda nacional, r a taxa de remuneração (ou taxa de rendimento) média do capital e β a relação estoque de capital/renda. Logo, se assumirmos que β seja 600% e r 5%, temos, então, que α é igual a 30%. “Dito de outro modo, se a riqueza representa o equivalente a seis anos de renda nacional numa sociedade e se a taxa de remuneração média do capital for 5% por ano, a participação do capital na renda nacional é de 30%” (PIKETTY, 2014; p. 58). De acordo com Piketty, a Primeira lei fundamental é puramente uma identidade contábil, aplicável a todas sociedades em todas as épocas.

A Segunda lei do capitalismo, por seu turno, é dada pela seguinte equação:

$$\beta = s/g$$

A equação acima é válida para o longo prazo e expressa a razão estoque de capital/renda como uma relação entre poupança (s) e crescimento (g). Supondo que s seja igual a 12% e g a 2%, tem-se um $\beta = 600\%$. Logo, isso significa que se um país poupar 12% da sua renda por ano e tiver uma taxa de crescimento anual de 2%, no longo prazo, a razão entre capital e renda será de 600%. Ou seja, “o país terá acumulado o equivalente a seis anos de renda nacional em capital” (PIKETTY, 2014; p. 165). Dessa maneira, a Segunda lei fundamental do capitalismo expressa um ponto indispensável:

[...] um país que poupe muito e cresça lentamente acumula, no longo prazo, um enorme estoque de capital. Isso, em contrapartida, pode ter consequências relevantes para a estrutura social e a distribuição de renda. Digamos de outra forma: numa sociedade que enfrenta uma quase estagnação, a riqueza acumulada no passado ganha uma importância desmedida (PIKETTY, 2014, p. 165).

Essa conclusão se mostra muito relevante no período em que vivemos, no qual a economia mundial ainda derrapa após a crise de 2008, a crise da zona do Euro, a desaceleração da China e, mais recentemente, olhando para o caso nacional, a crise brasileira. Em momentos de desaceleração econômica há uma tendência de que a participação do capital cresça e amplie ainda mais a desigualdade social.

Nesse ponto, portanto, Piketty também se contrapõe a Kuznets ao evidenciar que aumento da desigualdade não está estritamente atrelada a uma taxa de crescimento econômico mais acelerada. E que na verdade, um ritmo mais lento de crescimento pode ampliar a desigualdade social, em razão da importância que o capital – particularmente em forma de patrimônio – passa a assumir na dinâmica distributiva.

De acordo com Milanovic (2015), a grande contribuição metodológica na análise de Piketty (2014) é sua tentativa de unificação dos campos do crescimento econômico e distribuição pessoal e funcional da renda. Os movimentos na razão capital-renda, impulsionados pela “desigualdade fundamental” ($r > g$) do retorno do capital maior que a taxa de crescimento da renda total, levam à crescente participação da renda do capital no produto líquido e isso, por sua vez, leva a uma maior desigualdade interpessoal da renda. Para o autor, a principal ligação entre a distribuição de renda funcional e pessoal é fornecida pela relação $r > g$, mas, para levar a uma crescente desigualdade interpessoal da renda, ela precisa satisfazer os três requisitos: 1) os retornos ao capital devem ser usados predominantemente para poupança e investimento, de modo que a

⁸ Na obra *Capital no Século XXI* o termo capital é usado para se referir ao “capital não humano”, o qual “inclui todo tipo de riqueza que, pressupõe-se, pode pertencer a indivíduos (ou a grupos de indivíduos), além de também poder ser transmitida, comprada ou vendida, de modo permanente, em algum mercado” (PIKETTY, 2014; p. 52). Além disso usa das palavras “capital”, “riqueza” e “patrimônio” de forma intercambiável.

proporção entre capital e produto aumente continuamente⁹; 2) a distribuição da renda do capital deve ser mais desigual do que a distribuição da renda do trabalho; 3) quanto maior for o capital do indivíduo (ou da família), grande também será sua renda¹⁰. Ele mostra que essas três condições prevalecem na maioria das sociedades existentes, as quais denomina de “novas [sociedades] capitalistas”, haja vista que os proprietários e trabalhadores não são grupos sociais tão distintos – como no capitalismo clássico –, mas se sobrepõem para que as rendas sejam provenientes de ambas as fontes.

A terceira e última abordagem é o tratamento dado pela aplicação de conceitos e ideias da estatística física, tais como desenvolvimento espontâneo de amplas distribuições em um conjunto de agente inicialmente iguais – a chamada *Econofísica*. Um trabalho seminal para essa linha é o de Yakovenko e Rosser (2009). Conforme esses autores, a “econofísica é um novo campo de pesquisa interdisciplinar que aplica métodos de estatística física a problemas da economia e das finanças” (YAKOVENKO; ROSSER, 2009, p. 1). Conforme os autores, a terminologia econofísica foi introduzida pelo teórico físico Eugene Stanley em 1995 na conferência *Dynamics of Complex Systems*, em Kolkata na China. No ano seguinte foi publicado um artigo por Stanley *et al* (1996), apresentando um manifesto a respeito desse novo campo. O argumento do artigo era de que o comportamento de um grande número de humanos (como mensurado pelos índices econômicos) poderia se assemelhar a leis de escala que se provaram úteis para descrever sistemas compostos por um grande número de objeto inanimados (YAKOVENKO; ROSSER, 2009). O resultado encontrado por esses autores, a partir do uso de uma analogia da distribuição de energia de Boltzmann-Gibbs da física, é de que

[...] the probability distribution of Money is exponential for certain classes of modelos with interesting economic agents (...). Data analysis of the empirical distributions of wealth and income reveals a two-class distribution. The majority of the population belongs to the lower class, characterized by the exponential (“thermal”) distribution, whereas a small fraction of the population in the upper class is characterized by the power-law (“superthermal”) distribution. The lower part is very stable, stationary in time, whereas the upper part is highly dynamical and out of equilibrium (YAKOVENKO; ROSSER, 2009, p. 1).

Recentemente, a abordagem das duas classes (*two-class*) foi retomada pelo economista marxista Anwar Shaikh (2018), que aplica esse modelo para a hipótese de que, no geral, a distribuição de renda é composta de duas funções de distribuição de probabilidade: a exponencial – caracterizando a distribuição de salários e pagamentos – e a de Pareto, característica da distribuição de renda de propriedade. Além disso, Shaikh (2017) utilizando-se desse mesmo modelo, faz uma crítica ao resultado de Piketty (2014) de que em razão da taxa de retorno (r) ser maior que a taxa de crescimento da economia (g) a renda de propriedade tende a crescer mais rapidamente que a renda laboral, e que, portanto, uma crescente desigualdade de renda é uma tendência intrínseca do capitalismo, a despeito das interrupções ocorridas nas grandes guerras e nas grandes depressões. Desse modo, Shaikh (2017), a partir da aplicação da econofísica e do modelo de Yakovenko e Rosser (2009), evidencia que a explicação empírica do grau de desigualdade deve se dar, na atualidade, por meio de dois únicos fatores: a participação dos lucros e o grau de financierização da renda.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um artigo sobre a história do pensamento econômico em relação às teorias de distribuição de renda não se presta facilmente a um resumo no caminho de algumas conclusões principais, afinal, são mais de duzentos anos da ciência econômica e qualquer esforço de síntese estará incompleto. No entanto, induz-se a oferecer algumas reflexões gerais no que diz respeito à relação da teoria econômica com a evidência empírica nas abordagens apresentadas.

Os economistas clássicos como Smith, Ricardo, Mill e Marx apresentaram os fundamentos da divisão da renda entre trabalhadores e proprietários do capital e da terra, num contexto em que a oferta de trabalho é perfeitamente elástica e a distribuição de renda determinada de forma exógena. Os salários seriam determinados pelas condições de subsistência dos trabalhadores e todo o excedente seria destinado ao lucro. Em abordagens neoclássicas, a distribuição está associada à produtividade marginal dos fatores de produção – capital e trabalho –, portanto, também determinada exogenamente. O principal

⁹ Isso porque se todo o retorno do capital for consumido pelos capitalistas, a razão entre capital e renda nacional no próximo ciclo permanecerá inalterada. Ver Piketty (2014, p. 57).

¹⁰ Esse requisito é expresso na forma de uma alta correlação entre os rankings de acordo com a renda do capital e os rankings de acordo com a renda total.

interesse na teoria da distribuição de renda dos clássicos estava na distribuição funcional da renda e menos na distribuição de renda entre as pessoas. Marx adotou a teoria dos salários de subsistência, mas acrescentou um componente adicional, que estava ausente no trabalho de Smith e Ricardo, a saber, a existência de desemprego.

A teoria clássica da distribuição emergiu diretamente do mundo no qual seus autores habitavam e é eminentemente operacional. No século XVIII, dados empíricos sobre essa questão eram presumivelmente difíceis de encontrar. Todavia, Smith se referiu a observações empíricas em apoio a sua hipótese, embora pelos padrões modernos essas referências sejam incompletas e não sistemáticas.

Tradicionalmente, a economia neoclássica continha como foco os preços de fatores e ações distributivas dentro da limitada esfera de troca de mercado. Baseou-se na maximização individual do lucro e da utilidade dentro de uma estrutura de mercado competitiva, na função de produção, no conceito unificador de equilíbrio, com a distribuição derivada mecânica e automaticamente dentro dessa estrutura analítica. Ao longo do tempo, houve o reconhecimento da importância das imperfeições do mercado, das externalidades, do arcabouço institucional, das novas noções de equilíbrio e das relações sociais como impactantes nas estruturas do mercado e da economia. No entanto, os diversos pressupostos rígidos e a formalização complexa dos teoremas econômicos, foram fatores que dificultaram a aplicabilidade da teoria neoclássica em estudos empíricos, mais que isso, os pressupostos com alto grau de abstração afastam grandemente a teorização neoclássica da realidade econômica e distributiva das sociedades (BRAFF, 2012).

As teorias distributivas de Keynes e Kalecki operam no nível de abstração de suas teorias de emprego. Uma contribuição importante da teoria kaleckiana é a análise da independência do investimento da poupança, da relação inversa entre a taxa de salário real e o nível de emprego, bem como a diferença entre a propensão a poupar dos salários e os lucros, que também está contida no modelo de Keynes. Embora não haja especificamente uma teoria da distribuição da renda, pode-se afirmar que é abordada no último aspecto. As evidências empíricas para as teorias keynesianas/kaleckianas se deram vastamente a partir dos anos 1980, por meio do desenvolvimento dos modelos de crescimento que avaliam como a distribuição funcional da renda impacta na determinação do consumo e do investimento. Extensões mais sofisticadas desses modelos acabaram por incluir outras variáveis que explicam o comportamento da demanda agregada, como a distribuição pessoal da renda, o que é profícuo para o debate geral sobre os impactos distribuição da renda na economia.

Por fim, dentro das abordagens modernas escolhidas, a teorização normativa de Sen, que embora não esteja preocupado com o processo de distribuição da renda, mas nas consequências dele, é um marco na análise do desenvolvimento social das economias. A distribuição pessoal da renda não é vista como um fim em si mesma e sim como um veículo da redução da desigualdade, que, por sua vez, deve ser vista como um fenômeno social complexo de privação das liberdades individuais. No campo empírico, o pensamento de Sen abriu portas para a avaliação de políticas públicas e para inúmeros estudos que avaliam a multidimensionalidade da desigualdade, mais especificamente da pobreza.

O trabalho recente de Piketty é um dos mais extensivos no campo empírico e foi fruto de mais de quinze anos de pesquisa. Sua obra seminal *O Capital no século XXI* colocou em voga novamente o debate da desigualdade de renda no campo da ciência econômica. A metodologia utilizada pelo autor, com o emprego de dados fiscais, deu origem a uma série de novas pesquisas e a constituição de um grupo internacional de trabalho denominado *World Inequality Database*, que disponibiliza os dados de diversos países para que demais trabalhos possam ser feitos. A vantagem dessa ampla base de dados é que ela permite comparações mais consistentes entre os países. Do ponto de vista teórico, Piketty tentou estabelecer algumas leis gerais para a economia.

A econofísica de Anwar Shaikh é um campo bastante novo e que precisa ainda ser explorado empiricamente. A abordagem do autor, no entanto, traz importante referência ao processo e grau de financeirização das economias como fator decisivo na distribuição de renda, criticando amplamente toda teoria econômica que negligencia esse aspecto, que é o mais representativo da atual forma do sistema capitalista. Desta maneira, acredita-se que este trabalho pode contribuir com o debate sobre a distribuição funcional da renda no Brasil à medida que apresenta uma sistematização das teorias econômicas sobre tal temática, mesmo não esgotando o assunto e nem discorra sobre todas abordagens existentes, podendo servir de base para investigações nesta agenda de pesquisa.

REFERÊNCIAS

- AHLUWALIA, Montek S. Inequality, poverty and development. **Journal of Development Economics**, n.3, vol. 4, p.307-342.
- ALVAREZ, Albino Rodriguez. **Desenvolvimentos teóricos sobre distribuição de renda, com ênfase em seus limites**. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, 1996
- ANAND, S.; KANBUR, S.M.R. The Kuznets process and the inequality development relationship. **Journal of Development Economics**, vol.40, n.1, p. 25-52.
- ASIMAKOPULOS, Athanasios. Introduction. In. ASIMAKOPULOS, Athanasios (Ed.). **Theories of income distribution**. Springer Science & Business Media, 2012a, p. 1-14.
- ASIMAKOPULOS, Athanasios. Post-Keynesian Theories of Distribution. In. ASIMAKOPULOS, Athanasios (Ed.). **Theories of income distribution**. Springer Science & Business Media, 2012b, p. 133-158.
- ATKINSON, Anthony B. Bringing income distribution in from the cold. **The Economic Journal**, v. 107, n. 441, p. 297-321, 1997
- BRAFF, Allan J. Distribuição: a teoria neoclássica. In. ASIMAKOPULOS, Athanasios (Ed.). **Theories of income distribution**. Springer Science & Business Media, 2012. p. 75-104.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O modelo de desenvolvimento de Kaldor. **Revista Brasileira de Economia**, 29(2), abril-junho 1975, p. 51-67.
- DOBB, Maurice. **Theories of value and distribution since Adam Smith: Ideology and economic theory**. Cambridge University Press, 1973.
- FIELDS, Gary S. **Poverty, Inequality and Development**. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.
- FRIEDMAN, Milton. Choice, chance, and the personal distribution of income. **Journal of Political Economics**. 61, 277-290. 1953
- FRIEDMAN, Milton, KUZNETS, Simon. **Income from Independent Professional Practice**. National Bureau of Economic Research, New York, 1945.
- KALDOR, Nicholas. Alternative theories of distribution. **The review of economic studies**, v. 23, n. 2, 1955, p. 83-100.
- KALDOR, Nicholas. A model of economic growth. **The economic journal**, v. 67, n. 268, p. 591-624, 1957.
- KALECKI, Michal. **Teoria da Dinâmica Econômica: ensaio sobre as mudanças cíclicas e a longo prazo da economia capitalista**. Editora Nova Cultural Ltda. Coleção Os Economistas. 1996.
- KALECKI, Michal. **Outline of a theory of the business cycle**. (1933). In: KELLEY, A. M. Studies in the theory of business cycle. New York, 1969.
- KALECKI, Michal. A theory of profits. **Economic Journal**, v. 52, n. 206-7, 1942, p. 258-267.
- KERSTENETZKY; C. L. Desigualdade e pobreza: lições de Sen. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 2000, vol.15 n.42, pp. 113-122.
- KEYNES, John Maynard. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. Editora Nova Cultural Ltda. Coleção Os Economistas. 1996.
- KINGSTON, Jorge. A Desigualdade na Distribuição de Rendias. **Revista Brasileira de Economia**, v. 6, n. 1, p. 7-89, 1952.
- KUZNETS, Simon. Economic growth and income inequality. **American Economic Review**. 45, 1-28, 1955.
- MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro primeiro (I): o processo da produção do capital. São Paulo, 1ª Edição: Boitempo, 2013a.
- MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro terceiro (III): o processo de circulação do capital. São Paulo, 1ª Edição: Boitempo, 2013b.

MILANOVIC, Branko. **Increasing capital income share and its effect on personal income inequality.** LIS Working Paper Series, 2015.

MILL, John Stuart. **Princípios de economia política.** Coleção Os Economistas, Editora Nova Cultural. v I, 1996.

OREIRO, José Luís. **Macroeconomia do Desenvolvimento: uma perspectiva keynesiana.** 1. ed. Rio de Janeiro: LTC - Livros Técnicos e Científicos Editora, v. 1. 216p., 2016.

OREIRO, José Luís. Economia pós-keynesiana: origem, programa de pesquisa, questões resolvidas e desenvolvimentos futuros. **Ensaio FEE**, v. 32, n. 2, 2011.

PAIVA, Carlos Águedo. Valor, preços e distribuição: de Ricardo a Marx, de Marx a nós. **Campinas: Instituto de Economia da Unicamp.** Tese de Doutorado. 1998.

PASINETTI, Luigi. Rate of Profit and Income Distribution in Relation to the Rate of Economic Growth. **The Review of Economic Studies**, 1962.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI.** 1ª Edição. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PINHEIRO, Maurício Mota Saboya. **As liberdades humanas como bases do desenvolvimento: uma análise conceitual da abordagem das capacidades humanas de Amartya Sen.** Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2012.

RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação.** Coleção Os Economistas, Editora Nova Cultural. v I 1996.

SANDMO, Agnar. The principal problem in political economy: income distribution in the history of economic thought. In: ATKINSON, Anthony B., BOURGUIGNON, François. **Handbook of income distribution.** Elsevier, 2015, p. 3-65.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade.** 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SHAIKH, Anwar. Income distribution, econophysics and Piketty. **Review of Political Economy**, n. 29, p.18-29, 2017.

SHAIKH, Anwar. Some universal patterns in income distribution: an econophysics approach. Working Paper 08/2018, **Department of Economics, The New School for Social Research**, Ago. 2018.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas causas.** Coleção Os Economistas, Editora Nova Cultural. v.I, 1996a.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas causas.** Coleção Os Economistas, Editora Nova Cultural. v.II, 1996b.

SNOWDON, Brian; VANE, Howard R. **Modern Macroeconomics: Its Origins, Development and Current State.** Cheltenham, UK: Edward Elgar, 2005.

STANLEY, H.E. *et al.* Anomalous fluctuations in the dynamics of complex systems: from DNA and physiology to econophysics. **Physica**, A 224, p. 302-321, 1996.

WELDON, J. C. The Classical Theory of Distribution. In: ASIMAKOPOULOS, Athanasios (Ed.). **Theories of income distribution.** Springer Science & Business Media, 2012, p. 15-48.

WICKSELL, Knut. **Lectures on Political Economy.** Vol. 1, General Theory (1934), vol. 2, Money (1935). Routledge and Kegan Paul, London, 1906.

WICKSTEED, Philip. **An Essay on the Co-Ordination of the Laws of Distribution.** Macmillan & Company, London, 1984.

YAKOVENKO, V.M; ROSSER JR, J.B. Colloquium: Statistical mechanics of Money, wealth and income. **Review of Modern Physics**, vol. 81, n.1703, 2009.